

Categorias em disputa: as narrativas políticas/militantes, midiáticas e jurídicas em torno de um caso público.

Ana Carolina Braga Azevedo¹

Resumo:

Este trabalho analisa os desdobramentos produzidos a partir do caso de um ator, que revela de modo jocoso ter “pegado uma mãe de santo” no programa de entrevistas *Agora é Tarde*. Tais desdobramentos políticos, midiáticos e judiciais foram produzidos a partir de disputas por significados em torno das categoriais de *estupro*, *violência sexual* ou de *gênero*, *crime*, *sexo com/e sem consentimento*, *apologia ao estupro* e *cultura do estupro* a partir da interação entre expoentes do movimento feminista e a reprise da entrevista em 2015.

Palavras-chave: gênero; mídia; sexualidade; violência.

Introdução

Este artigo procura entender, a partir da análise sobre a circulação do caso de um ator², as disputas por significados em torno das categoriais de *estupro*, *violência sexual* ou de *gênero*, *crime*, *sexo com/e sem consentimento*, *apologia ao estupro*, *cultura do estupro*, *vítima* e *estuprador* que ocorreram a partir da interação entre os portais online de imprensa comercial hegemônica³ e não hegemônica⁴ (jornais,

¹ Graduanda em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Este artigo tem como base a pesquisa de iniciação científica que foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, e desenvolvida sob a orientação da Prof^a Dr^a Heloisa Buarque de Almeida. E-mail: anacarolinabragaazevedo@gmail.com

² Optei por não citar diretamente o nome do ator e de nenhum interlocutor por considerar que posso abrir um flanco de exposições.

³ Mídias hegemônicas, conceito elaborado por Raymond Williams (2016) seriam aquelas mídias de grande circulação que apresenta uma produção de empresa comercial, apoiada em anunciantes. Seu poder relaciona-se ao seu papel econômico, cultural e comercial e por se estabelecer como parte central da sociedade contemporânea (ALMEIDA 2007; 2013).

⁴ Mídias comerciais não hegemônicas, definição que adotei para enquadrar aquelas que são financiadas por empresas, mas que não possuem grande alcance.

VII Seminário FESPSP - “Na encruzilhada da democracia: Instituições e Informação em tempos de mudança”.

24 a 28 de setembro de 2018

GT 13: Marcadores sociais da diferença em articulação

canais de televisão e *blogs*); mídias alternativas⁵ (inclusive *blogs* feministas; revistas; páginas de coletivos ligados a movimentos sociais ou/e feministas no *Facebook*⁶); e movimentos sociais. Além dessas interações, o trabalho procura analisá-las em conjunto com os pronunciamentos de figuras políticas e a interação desses setores com o judiciário.

Penso esses diversos setores como parte da esfera pública a partir da crítica de Nancy Fraser (1990), que trata movimentos sociais que podem ter um caráter ativista como parte minoritária da esfera pública, denominando-as como “contra-público”, movimentos que operem em conflito com a esfera pública hegemônica. Embora possuam alcance social e poder assimétricos, esses setores se enfrentam constantemente, sofrem então, processos de influências mútuas, o que acaba produzindo pequenas cedências (Almeida, 2013). Além disso, entendo que as categorias aqui apresentadas estão em processo de transformação ou constituição, que envolvem disputas constantes entre esses setores sociais para reconhecer (Honneth, 2017) essas novas noções ligadas à violência sexual.

Parto do suposto que tais noções anteriormente não eram necessariamente significadas desta forma e que há um processo de transformação social notável nas mídias alternativas ligadas ou não a movimentos sociais (Almeida, 2017). Processo este que para ser compreendido, precisa reconhecer o papel do público, tanto em termos do processo de codificação e leituras (como por exemplo, no trabalho dos *cultural studies* de Stuart Hall) da mensagem transmitida, quanto pensando esse público enquanto agente na produção de conteúdos através dos mecanismos da web 2.0 que influenciam os conteúdos das mídias comerciais (Almeida, 2013).

⁵ Uso a definição de Nick Couldry e James Curran (2003) que propõe uma definição de mídia alternativa abrangente e flexível e sem conotação moral, construída em contraposição à definição de mídia hegemônica: “media production that challenges, at least implicitly, actual concentrations of media power, whatever form those concentrations may take in different locations”(p.7).

⁶ O conceito de “mídia social” foi formulado por Daniel Miller em seu projeto “Why we post: a global perspective on social media”, foi formulado para diferenciar redes sociais de outros tipos de mídia digital. Miller aponta que precisamos pensar as mídias sociais, como: *Twitter* e *Facebook*, como plataformas usadas para diferentes fins e não em suas formas e conteúdos; que serão detectados a partir da pesquisa etnográfica. Nesta pesquisa optei por analisar apenas alguns *posts* de figuras públicas no *Twitter*. No *Facebook*, optei por trabalhar apenas com o material produzido por “páginas de Facebook”, analisei “eventos públicos de Facebook” e analisei algumas “notas públicas” publicadas nos perfis da atual deputada federal, da ex-ministra e do ator e deputado federal; ambos eleitos nas eleições de 2018.

VII Seminário FESPSP - “Na encruzilhada da democracia: Instituições e Informação em tempos de mudança”.

24 a 28 de setembro de 2018

GT 13: Marcadores sociais da diferença em articulação

O campo tem início em 25 de fevereiro de 2015, após a reprise da entrevista na qual o ex-ator de telenovelas revela narrando de modo jocoso “ter pegado uma mãe de santo” no extinto programa de entrevistas *Agora é Tarde*⁷ da Rede Bandeirantes⁸ - programa que se enquadrava no gênero *late-night talk show*⁹. Durante a entrevista o apresentador Rafael Bastos pede para o ator contar uma história engraçada da sua vida; e ele começa: “eu comi uma mãe de santo”, contextualiza a história e diz que não resistiu e ficou excitado ao ver as “curvas” do seu corpo, e que o desejo incontrolável o fez virar a mãe de santo de costas, colocá-la de quatro, erguer sua saia, agarrá-la e segundo ele “mandar ver”, “sapequei ela, fiz tanta pressão na nuca dela... que ela apagou, dormiu”. Durante a descrição e tentativa de reinterpretação da cena, o ator, o apresentador – que não se ausenta durante a revelação, fazendo comentários sarcásticos – e a plateia riem incessantemente.

Essa entrevista repercutiu nas redes sociais, *Facebook* e *Twitter*, que fez gerar visibilidade do caso na mídia comercial. Nessa primeira fase do campo uma militante feminista ligada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), posteriormente eleita deputada federal, entra em cena acusando o ator de *estuprador* o que gera um inquérito policial por calúnia e difamação contra a militante; que acaba sendo arquivado. Já a segunda parte do campo têm início em 2016 e término em 2017, quando uma ex-ministra do Partido dos Trabalhadores acusa o ator de ter feito *apologia ao estupro*, o caso vai parar na justiça.

Ambos os casos e seus desdobramentos não obtiveram “grande repercussão” no que estou chamando de mídia comercial, durante o campo percebi que o caso fez gerar poucos conteúdos – pensando no número de produções por mídia, cada mídia produziu no máximo três matérias sobre o caso. Tendo isso em vista, optei por coletar conteúdos das mais diversas mídias até obter um número substancial de produções para uma análise satisfatória; e empreguei a estratégia metodológica de Christine Hine (2000; 2015) que toma a internet como um texto produzido em contextos culturais específicos que podem ser acessíveis ao pesquisador mesmo

⁷ *Agora É Tarde* foi um programa de entrevistas de televisão brasileira produzido pela *Eyeworks* e originalmente exibido entre 2011 e 2015 pela Rede Bandeirantes.

⁸ Bandeirantes é uma rede de televisão aberta comercial brasileira que pertence ao Grupo Bandeirantes de Comunicação, que como outros grupos midiáticos no país é uma empresa familiar.

⁹ Programa de entrevistas exibido nos finais de noite com um lado cômico.

VII Seminário FESPSP - “Na encruzilhada da democracia: Instituições e Informação em tempos de mudança”.

24 a 28 de setembro de 2018

GT 13: Marcadores sociais da diferença em articulação

após um longo tempo de sua produção. Para compreender esses contextos a autora sugere a abordagem etnográfica, por se tratar de uma abordagem capaz de se adaptar metodologicamente às condições que encontra em campo; além de ser uma abordagem que permite que o antropólogo, impactado com o campo, incorporar a prática antropológica à teoria. Diante desse campo disperso e complexo tentei “seguir o conflito” como sugere George Marcus, em “Ethnography through thick and thin” (1998), utilizando a etnografia multi-situada (multilocal) como forma de abordar os usos, significados e disputas em torno dessas categorias nas mídias, nas militâncias e na justiça.

Foi seguindo o conflito, as disputas em torno das categorias ligadas à violência sexual e de gênero, que comecei a delimitar o meu campo e pensar metodologias e bibliografias capazes de organizar e classificar a diversidade do material empírico coletado durante a pesquisa etnográfica: (1) relato de campo sobre o ato ocorrido no dia 24 de outubro de 2017, em frente ao Fórum Central Civil João Mendes Junior, onde ocorreu a segunda instância do caso entre a ex-ministra do PT e o ator; ato que foi convocado a partir do evento público criado no *Facebook*, intitulado: “Manifesto Feminista A Favor Da Revogação E Contra A Apologia Ao Estupro”; (2) entrevista realizada no dia 14 de maio de 2018, com a atual deputada federal e militante feminista do PSOL, interlocutora que teve atuação importante durante a primeira fase do caso e seus desdobramentos; (3) material digital: portais online de imprensa comercial hegemônica e não hegemônica (jornais, *blogs*, revistas, canais de televisão); e material produzido pelo que nomeamos de mídia alternativa (*blogs* feministas ou não; revistas; páginas de coletivos ligados a movimentos sociais ou/e a movimentos feministas no *Facebook*).

Para análise das narrativas produzidas pelas mídias, organizei os conteúdos produzidos em duas tabelas qualitativas no *Excel*, uma para o material produzido pela mídia comercial e outra para a mídia alternativa¹⁰; os conteúdos foram organizados a partir de critérios que permitiram a comparação. Procurei pensar esse material digital a partir das formulações teóricas e metodológicas de Horst e Miller

¹⁰ A tabela destinada a mídia comercial, conta com 85 conteúdos, e a da mídia alternativa, conta com 45 produções; cada material foi lido atentamente e sistematizado na tabela – cada tabela conta com 37 colunas.

(2012), que tratam a internet como um espaço de sociabilidade, interação e disputas simbólicas que não estão apartados de outras esferas. Isto é, o online não é simplesmente um fenômeno que o contexto off-line pode explicar diretamente, segundo Miller e Slater (2004). Ambos os contextos se imbricam em relações complexas de implicações mútuas, pois estão em relação de continuidade em um “continuum on/off-line” (Parreiras, 2008; Beleli, 2015).

Entre a “piada” e a violência

*Fiquei olhando aquele bundão! Vou comer!
Peguei o braço dela, “botei” ela de quatro.
Ergui sua saia, agarrei, mandei ver!
Gozei!
Era tanta pressão que ela apagou
Larguei no chão
Levanta filha da puta!*

As frases acima foram ditas e encenadas pelo ator durante a entrevista no *Agora É Tarde*, que foi transmitida pela primeira vez no dia 22 de abril do ano de 2014 (nesta primeira exibição não houve repercussão) e postada no *YouTube* no dia 25 de maio de 2014, vídeo que conta com cerca de 602.169 mil visualizações. Em 25 de fevereiro de 2015, uma quarta-feira à noite, a mesma entrevista é reprisada no *Agora É Tarde* e gera grande impacto nas redes sociais¹¹, *Facebook* e *Twitter*, a maior parte dessas manifestações/produções interpretava a história como uma cena de *estupro*¹², ou melhor, como a confissão de um *estupro*, qualificando o ator como *estuprador* e em alguns momentos como *racista*. Uma página feminista e anti-racista no *Facebook* posta parte da entrevista e produz uma legenda própria: “*comeu” ou estuprou!?!; não houve consentimento; o cara apagou a mãe de santo com violência; aplausos calorosos a uma cena de estupro; é isso que a sociedade faz com o machismo e o racismo, aplaude*. Esse vídeo teve 3.019.363 visualizações; 15 mil

¹¹ Que classifico como “mídia social”, conceito formulado por Daniel Miller em seu projeto “Why we post: a global perspective on social media”.

¹² Estupro para essas narrativas se trata de sexo sem consentimento e é crime.

VII Seminário FESPSP - “Na encruzilhada da democracia: Instituições e Informação em tempos de mudança”.

24 a 28 de setembro de 2018

GT 13: Marcadores sociais da diferença em articulação

curtidas; 7,5 mil comentários e 27.407 mil compartilhamentos¹³; teve mais visualizações do que o próprio vídeo da entrevista no *YouTube*.

Essas produções – vídeos, notas de repúdio e *posts*¹⁴ - nas mídias sociais, geradas logo após a reprise da entrevista em 2015, produziram muitos debates dentro dessas redes que só repercutiram na mídia comercial a partir do dia 2 de março de 2015. Outras páginas de *Facebook* também se pronunciam, produzindo notas de repúdio, repudiando o ator, o apresentador e o programa, e qualificando a cena enquanto um *estupro*. Como por exemplo¹⁵, a página de *Facebook* de um coletivo ligado a movimentos sociais, que foi responsável por publicar duas notas de repúdio em sua página no *Facebook*, este coletivo tem atuação no Rio de Janeiro e se denomina *mídia independente*. A primeira nota divulgada no dia 27 de fevereiro e a segunda nota no dia 3 de março de 2015; a primeira nota foi reproduzida em conteúdos produzidos pela mídia comercial não hegemônica como, por exemplo, nas matérias produzidas pelos jornais: *EL PAÍS Brasil*, *O Povo*, *Folha da Região*, *Midiamax*, *Conexão Jornalismo*, pelo portal de notícias *BHAZ*, e pelos *blogs Púlpito Cristão* e *Oséias 4-6*, que citaram o seguinte trecho:

Um crime hediondo foi confessado e aplaudido em rede nacional. Como isso é possível? Ora, num país onde uma mulher é estuprada a cada 12 segundos, não é difícil compreender que uma estatística alarmante como essa é produto de uma cultura que valoriza e cotidianiza a violência sexual. (Nota publicada pelo coletivo em 27 de fevereiro de 2015)

A mesma nota produzida pelo coletivo, também tratava da questão do racismo e do preconceito contra religiões de matriz africana, no seguinte trecho:

Além da violência sexual é carregado de racismo, pela forma desrespeitosa com que (nome do ator) se refere a uma fé de matriz afro. Notem que o discurso por ele empregado coloca os elementos religiosos num plano de baixa estereotipagem e excentricidade que facilitaria a ridicularização, criando

¹³ Esses dados foram coletados no dia 2 de maio de 2018.

¹⁴ Termo usado para designar textos curtos, de caráter informativo e ou ensaístico em *blogs* e mídias sociais na internet.

¹⁵ Optei por não citar diretamente essas páginas de *Facebook* e *blogs*, ainda que o conteúdo produzido por elas tenha sido reproduzido e citado em produções da mídia comercial, tanto na hegemônica quanto na não hegemônica, por considerar que posso abrir um flanco de exposições destas pessoas.

VII Seminário FESPSP - “Na encruzilhada da democracia: Instituições e Informação em tempos de mudança”.

24 a 28 de setembro de 2018

GT 13: Marcadores sociais da diferença em articulação

um cenário onde a mulher se torna ainda mais frágil (passando de vítima a personagem cômico de uma cena apelativa). (Nota publicada pelo coletivo em 27 de fevereiro de 2015).

Embora essa questão racial e do preconceito religioso sejam elementos relevantes para compreender tal cena, durante o campo notei que parte do movimento feminista e do movimento social vai aos poucos deixando essas questões de lado, silenciando-as. Tanto que, quando o caso chega para a mídia comercial, tanto a hegemônica quanto a não hegemônica, essa questão racial e do preconceito religioso não é nem mencionada. Aos poucos a figura da mãe de santo enquanto a vítima do estupro vai sendo deixada de lado, a falta de um nome e de um rosto faz com que ela seja lida como fictícia, por grande parte da mídia comercial hegemônica; e o fato dela ser uma mulher faz com que seja lida pelos movimentos sociais e feministas, na maior parte dos casos, apenas como uma *vítima de estupro*. Pelo o que eu percebi em campo, parte desses movimentos ligados ao feminismo jovem, olha para a cena como um *crime* que foi cometido, principalmente, pelo fato da vítima ser uma “mulher”, e não pelo fato dela também ser uma mãe de santo e “a morena das canelas grossas” - característica ressaltada pelo ator.

Segundo Kimberle Crenshaw (1991) a política de identidade, neste caso, acionada para reivindicar “justiça” pelo crime cometido, frequentemente confunde ou ignora o que a autora chama de diferenças “intragrupais”, a autora apresenta o termo interseccionalidade como forma de pensar que a violência contra mulheres, no plural, é experienciada de diferentes maneiras, e é muitas vezes moldada por outras dimensões como: raça e classe.

A página de um coletivo feminista que tem muito destaque desde 2015 com questões de assédio e violência contra as mulheres também se pronuncia, e acusa o ator, o apresentador, o programa e as mídias comerciais como responsáveis por naturalizar certos fatos relacionados à violência sexual, como (re) produtoras da *cultura do estupro*:

Estaria a mídia abrindo mão do público feminino? Até quando vamos ler artigos que ridicularizam mulheres (alô, Revista Veja) e homens sendo ovacionados ao admitir estupros em rede nacional? Está na hora dos veículos de comunicação assumirem sua responsabilidade como patrocinadores da violência contra a mulher. Isso NÃO É

VII Seminário FESPSP - “Na encruzilhada da democracia: Instituições e Informação em tempos de mudança”.

24 a 28 de setembro de 2018

GT 13: Marcadores sociais da diferença em articulação

ENTRETENIMENTO. (Publicação na página do coletivo feminista no Facebook).

A indignação desses setores diante de tal entrevista parte do fato de tal cena ter sido contada aos risos e em um canal aberto. Para esses setores, foi uma cena de estupro e não se questiona se tal história é fictícia ou real; também não se explica o que é estupro. O esforço empreendido por esses setores busca que a mídia comercial, principalmente a hegemônica, o ator e o programa reconheçam que tal história foi *estupro* e que se reconheçam enquanto produtoras da *cultura do estupro*. Além disso, pude perceber através dos dados coletados em campo e devidamente articulados, que a narrativa desenvolvida por esses setores é sempre coletivizada: há sempre uma prestação de solidariedade à dor sofrida pela mãe de santo e à dor sofrida por todas aquelas que já sofreram as consequências da *cultura do estupro*. Para Axel Honneth (2017) a luta pelo reconhecimento sempre se inicia pela experiência do desrespeito dessas formas de reconhecimento e a busca por justiça, como demonstra Roberto Efrem Filho (2017), requer a disputa pela legitimidade de a vítima ser uma vítima.

Pensando na categoria *vítima* e o fato do caso não apresentar uma vítima que tem rosto e identidade, pude perceber um esforço desses movimentos sociais na construção de não apenas de uma *vítima*, mas de *vítimas*. Pois a intenção desses movimentos sociais é a construção da categoria *cultura de estupro* e não apenas *estupro*, categoria que une todas das *mulheres e nos faz todas nós vítimas*. Cynthia Sarti (2014) ressalta que a construção da figura da vítima é pensada como uma forma de conferir reconhecimento social ao sofrimento, circunscrevendo-o e dando-lhe inteligibilidade, por isso o esforço constante da construção de *vítimas*, neste caso.

A maior parte dessas produções começa com as estatísticas lamentáveis sobre estupro no Brasil, como a do coletivo: *No Brasil, uma mulher é vítima de violência sexual a cada 12 segundos. A mídia em geral cumpre com um papel muito negativo de naturalização da violência contra a mulher*; e lamentam que a mídia tenha esse papel na produção dessas violências, como ressalta o *post* do coletivo feminista. Algumas produções trazem relatos pessoais mostrando como a *cultura do*

VII Seminário FESPSP - “Na encruzilhada da democracia: Instituições e Informação em tempos de mudança”.

24 a 28 de setembro de 2018

GT 13: Marcadores sociais da diferença em articulação

estupro opera, como por exemplo, a postagem feita no *blog* de outro coletivo feminista: *a brutalidade é parte do fetiche, é natural estuprar e achar que foi sexo, que não foi violento*. Lynn Hunt (2009) destaca a importância das narrativas pessoais presentes em romances para criar um senso de igualdade a partir da identificação e assim a construção da empatia em relação ao outro. Segundo Maria Rita Kehl (apud Sarti 2011, p.93) solidariedade é um sentimento em relação a alguém considerado como igual, ou seja, supõe, em algum nível, uma identificação.

Essas construções narrativas, na intenção de criar uma empatia em relação às *vítimas* da *cultura de estupro*, acabam silenciando e apagando outros elementos presentes na “figura da mãe de santo”, a questão do preconceito religioso e racial. Ou seja, a gramática empreendida por movimentos sociais e feministas na busca por justiça parte da construção de uma *vítima*, neste caso, uma *vítima* “mulher” universal, como se todas as mulheres possuíssem a mesma vivência e como se não houvesse diferenças sociais que marcam cada mulher de forma diferente em que: “raça, gênero e classe (...) existem *em* relação entre si e *através* dessa relação” (McCLINTOCK, 2010, p.19). Essa construção da *vítima*, portanto, acaba gerando outros padrões normativos, como ressalta Judith Butler (2017), “quem pode ser vítima”, que está diretamente relacionado com a identidade mulher, reivindicada por esses setores.

Foi somente a partir dessas movimentações nas redes sociais por parte de setores ligados a movimentos sociais que a mídia comercial se pronuncia sobre o caso, a partir do dia 2 de março de 2015. Nessas produções, os conteúdos giram em torno de que o ator “confessa”, “narra” um “suposto estupro” ou “estupro” (sempre com aspas), e que essa “história” teria gerado “polêmica”, “crítica”, “revolta” na “web” ou “nas redes sociais”. Essas matérias, em sua maioria, possuem tom investigativo, e na busca pela construção da “imparcialidade”, tentam trazer as diferentes narrativas e opiniões acerca do caso. A construção das matérias, na maioria das vezes, se inicia com a reprodução de alguns trechos da entrevista com o ator, retomando a narrativa encenada e seguida pelo *link* da entrevista, depois reproduzem alguns pronunciamentos feitos pelas figuras políticas, citadas aqui no

VII Seminário FESPSP - “Na encruzilhada da democracia: Instituições e Informação em tempos de mudança”.

24 a 28 de setembro de 2018

GT 13: Marcadores sociais da diferença em articulação

texto, em forma de imagens de *prints*¹⁶ dos pronunciamentos (produções no Twitter), citam também partes das notas de repúdio e *posts* produzidas pelas páginas de *Facebook*, que interpretaram a cena como um estupro; e por fim, citam os pronunciamentos feitos por Rafael Bastos (apresentador do programa) até o momento, que afirma que a história era apenas uma piada.

Por exemplo, uma matéria produzida pela *Folha de São Paulo* no dia 2 de maio de 2015 se inicia com um breve resumo: “(nome do ator) relata ter feito sexo com uma mãe de santo, cujo nome o ator diz não se lembrar” e diz: “parece se tratar de um estupro”; após essa introdução o jornal diz: “real ou não foi considerado apologia ao estupro e gerou uma onda de críticas” e termina “A Folha tentou entrar em contato com (nome do ator) e Rafinha, mas não obteve resposta até a publicação desta nota”, tom que faz parte da tal “imparcialidade” que este e outros jornais tentam construir. Podemos notar que a preocupação imediata dessas produções jornalísticas é se a “história” seria real ou fictícia. Abordagem diferente dos conteúdos produzidos pelas mídias alternativas (*blogs*, páginas no *Facebook* e revistas *online*).

Analisando essas produções pude perceber que o formato em termos estruturais e no que diz respeito às informações contidas nos conteúdos, não variou muito; o que diferiu foi como essas mídias articularam esses conteúdos, construindo narrativas um pouco diferentes uma da outra. Para compreender esse contexto, é preciso entender que esses jornais estão submetidos a uma lógica comercial, Pierre Bourdieu (1997) caracteriza esse campo jornalístico a partir da “mentalidade-índice-de-audiência”, em que a concorrência pela clientela se dá pelo furo da notícia, o que produz uma homogeneização da produção. Mas, embora haja uma homogeneização da informação, fruto da lógica mercadológica na busca pelo furo, os discursos contidos nesses conteúdos não são homogêneos, como aponta Jair de Souza Ramos (2012), pois a busca competitiva pelo “furo” também se alia a uma busca pelo “novo”, ou seja, de narrativas diferentes.

A diferença estava no modo como essas mídias qualificavam o ator. Articulando os dados, notei que mídias comerciais hegemônicas como: portal *uol*, portal *IG*, portal *terra* qualificaram-no de maneira positiva, descrevendo-o como

¹⁶ O *print screen* é uma ferramenta que os computadores e celulares tem de capturar uma imagem da tela e funcionam como fotografias.

VII Seminário FESPSP - “Na encruzilhada da democracia: Instituições e Informação em tempos de mudança”.

24 a 28 de setembro de 2018

GT 13: Marcadores sociais da diferença em articulação

“empresário”, “diretor”, e narram o caso como um “suposto estupro”, já outras mídias hegemônicas, que representou a grande maioria, qualificaram-no de maneira neutra, referindo-se a ele pelo nome ou qualificando apenas como “ator”. Essas mídias que classifiquei como comerciais hegemônicas, pelo o que percebi, possuem maior rigor no quesito “imparcialidade”. Já as mídias comerciais não hegemônicas, representadas por jornais de pequeno alcance social (como jornais de alguma região ou cidade) possuem abordagem diferente, qualificaram o ator de maneira negativa, descrevendo-o como “ator-pornô” ou “ex-ator pornô”, e narram o caso como “(nome do ator) confessa estupro”, esses conteúdos normalmente possuem tom de “fofoca”, buscam a “polêmica” para trazer leitores.

Já os conteúdos produzidos pelos *blogs* que classifiquei como mídias comerciais (pelo fato de apresentarem anúncios), mas que não são hegemônicas, e algumas delas ligadas a grupos religiosos qualificam o ator de maneira negativa como “ator-pornô”, “depravado”, e narram o caso tratando o ator enquanto um “criminoso”, “estuprador”. Esses conteúdos produzidos por esses *blogs* possuem um formato e uma proposta diferente dos textos jornalísticos “tradicionais”, pois produzem texto de opinião e, no caso, textos em tom de fofoca. Qualificam o ator como “ator-pornô” ou como “ex-ator pornô” na intenção de desqualificar seu discurso, por conta desta “imoralidade”. Um exemplo de narrativa que articulam o fato do “estupro” com o fato dele ter sido ator pornô é a trazida por um *blog* evangélico, “o estupro da mãe de santo e a depravação inata do brasileiro”, narrativa que qualifica o ator como: “criminoso, estuprador, réu da justiça divina”. A matéria concorda que a cena narrada pelo ator no programa de entrevistas se trata de um estupro, um ato criminoso, e traz o argumento presente na nota publicada pelos coletivos de movimentos sociais.

Aqui o caso é narrado a partir da construção da imagem do ator como “imoral”, por conta de seu passado como ator pornô, e por conta desta “imoralidade” teria cometido um estupro. Gayle Rubin (2017) mostra a importância de pensar a sexualidade através de um sistema de poder que recompensa e incentiva alguns indivíduos, ao mesmo tempo, que pune e suprime outros; esse sistema acaba produzindo discursos em que “perversos sexuais” (neste caso, representado pela figura de um ator pornô), cometem crimes sexuais. Além disso, essa lógica que pune

VII Seminário FESPSP - “Na encruzilhada da democracia: Instituições e Informação em tempos de mudança”.

24 a 28 de setembro de 2018

GT 13: Marcadores sociais da diferença em articulação

e regula essas práticas também ajuda na construção da figura do autor da violência enquanto monstro (Landini, 2006).

Podemos notar que as narrativas entre as mídias comerciais não são homogêneas, mas também não são parecidas com as narrativas dos movimentos sociais. Essas narrativas midiáticas, principalmente as produzidas pela mídia comercial hegemônica, demonstraram insensibilidade ao caso, por problematizaram a noção de violência sexual e a ideia de *consentimento*, o que revelou os dilemas de construções de gênero, os padrões hegemônicos e os conflitos sociais referentes a comportamentos adequados para homens e mulheres, ou à normatividade de gênero (BUTLER, 2017). Mas, embora, a mídia comercial não concorde por inteiro com o discurso do movimento social, as disputas na esfera pública em torno dessas categorias produzem pequenas cedências. Um exemplo dessas cedências é a mudança de narrativa sobre o caso construída pelo portal *uol*. No dia 22 de abril do ano de 2014, ano da primeira exibição da entrevista não houve repercussão nas redes sociais, e o portal *uol* produziu uma matéria na seção *TV e famosos*, cujo título foi: “*Eu já transei com uma mãe de santo*”. A matéria corta alguns trechos da entrevista e a reconstrói formando uma narrativa que dá a entender que a cena é sobre a revelação de uma “transa” engraçada e espontânea. Ou seja, nessa primeira narrativa a história foi tratada como real, como fofoca de sexo.

Já em 2015, na reprise da entrevista, após e somente por causa da repercussão nas redes sociais, a narrativa se transforma. O portal *uol* na mesma seção *TV e famosos*, produz uma matéria, divulgada no dia 2 de março, cujo título foi: *(nome do ator) narra suposto estupro na TV e é criticado nas redes sociais*. Nessa segunda narrativa, o tamanho da matéria triplica e ao invés dos cortes apresenta quase a transcrição inteira dessa parte da entrevista, e traz também os pronunciamentos dos coletivos feministas e os comentários de Rafael Bastos dizendo que a história não passava de uma brincadeira. Nessa segunda narrativa, o portal trata a história como um *possível estupro*, pois não dá para entender se *houve ou não consentimento* no ato sexual. Essa pressão provocada por movimentos sociais, políticos e nas redes sociais faz com que a mídia comercial produza um conteúdo bem diferente do produzido anteriormente - fica evidente a mudança, que passa do termo “transei” para um “suposto estupro”. Além disso, há um

VII Seminário FESPSP - “Na encruzilhada da democracia: Instituições e Informação em tempos de mudança”.

24 a 28 de setembro de 2018

GT 13: Marcadores sociais da diferença em articulação

reconhecimento de que o *consentimento* é parte fundamental da definição de *estupro*. Fica evidente o quanto a mídia é produtora de ideias culturais acerca do feminino e do masculino, como uma “tecnologia de gênero” (De Lauretis 1994) e como parte da construção da realidade social e cultural (Almeida & Marachini 2017).

Essa repercussão do caso na mídia comercial fez gerar novas movimentações por parte dos setores sociais ligados a movimentos sociais e feministas. Na madrugada do dia 2 de março de 2015, após alguns jornais publicarem matérias sobre o caso, uma internauta, atual deputada federal pelo PSOL, cria um evento no *Facebook* intitulado “Mutirão para levar (nome do ator) para o Camburão. ESTUPRO É CRIME”, cerca de 5,7 mil usuários confirmaram presença no evento. Em entrevista com a militante feminista, ela nos conta que na época que fez o evento com sua colega de militância, estava: “na moda fazer eventos de mentira, de brincadeira com alguma temática (...) virou um método, uma ferramenta muito utilizada criar eventos no *Facebook*”, então resolveu criar esse evento com a intenção de “fazer uma campanha *online*”. Nessa nova movimentação, além de buscar o reconhecimento dessas categorias citadas acima, há uma luta por justiça, querem responsabilizar o programa e punir o crime cometido pelo ator:

Estupro não é piada, estupro é crime! É inaceitável que (nome do ator) relate em rede nacional que estuprou uma mulher, faça piada com o abuso e saia impune. Vamos denunciar nas redes esse absurdo e fazer um grande mutirão para levá-lo ao camburão. (descrição do evento “Mutirão para levar (nome do ator) para o Camburão. ESTUPRO É CRIME!”).

A atual deputada federal faz também um abaixo assinado *online* que foi entregue ao Ministério Público de São Paulo pedindo que tal história seja averiguada e o ator condenado pelo crime de estupro. Essa movimentação faz o ator produzir respostas, uma delas é abrir um inquérito policial por calúnia e difamação contra a internauta. O inquérito não foi adiante. A defesa alega que a história é falsa, que foi apenas uma piada muito bem contada. O ator diz que a prova de que a história é falsa é que a mãe de santo não existe, ela não tem nome na história, porque seria fictícia. Ou seja, para ele é injusto o acusarem de estupro, “*não vou me calar diante dessa brutalidade*”.

VII Seminário FESPSP - “Na encruzilhada da democracia: Instituições e Informação em tempos de mudança”.

24 a 28 de setembro de 2018

GT 13: Marcadores sociais da diferença em articulação

Não pensaram na minha família, filhos em colégios, esposa etc... Eu não vou aceitar a calúnia levantada a meu respeito de uma história de ficção, uma piada, (gostar ou não todos tem direito), estamos em um Estado democrático, criticar ok, julgar jamais.

Os discursos e as disputas promovidos pelo ator frente às acusações giram em torno da questão da liberdade em roteirizar. A “injustiça” está no ato de julgar uma piada e condená-lo por isso. A partir desses discursos sobre liberdade e sobre moralidade - “não pensaram em minha família”, “criticar ok, julgar jamais” – ele se constrói enquanto a “verdadeira” vítima da história. Aqui o ator reivindica a “liberdade” em produzir humor e não ser julgado moralmente por ele. Esse discurso moralizador tem como efeito regular, fazer calar aqueles discursos que o criticaram, como um discurso que avalia, julga e sanciona normas sociais (Fassin, 2008).

A partir dessa movimentação, a acusação passa de *estupro* para *apologia ao estupro*. Em entrevista realizada com a militante feminista e atual deputada federal, ele conta que após esse confronto com o ator (que dirigiu comentários agressivos em seu perfil no *facebook*), recebeu na época recomendações de sua advogada para usar a categoria “apologia ao estupro” em vez de “estupro”, pois segundo a advogada ela se aplicaria melhor ao caso no entendimento judicial. Após essa recomendação, a categoria *apologia ao estupro* passou a ser mais utilizada por parte dos movimentos sociais, embora continuassem a interpretar a cena enquanto uma confissão de *estupro*. Esses movimentos mostram como as cedências ocorrem de todos os lados. Após esse ocorrido, o programa *Agora É Tarde*, que já apresentava baixa audiência, é cancelado no dia 27 de março de 2015, um mês após a repercussão nas redes sociais.

De um caso na mídia à política nacional

O segundo desdobramento do campo que gera essa nova fase de produção de conteúdo é quando o então ministro da Educação, do governo de Michel Temer, Mendonça Filho (DEM-PE) recebe o ator para uma audiência, ocorrida no dia 25 de maio de 2016, que tinha a intenção de discutir propostas para os rumos da educação no Brasil. Nesta audiência, o ator apresenta o projeto “Escola Sem Partido”, projeto este que defende o fim do que os idealizadores chamam de

VII Seminário FESPSP - “Na encruzilhada da democracia: Instituições e Informação em tempos de mudança”.

24 a 28 de setembro de 2018

GT 13: Marcadores sociais da diferença em articulação

“doutrinação ideológica das escolas”, o qual inclui a “doutrinação da ideologia de gênero”, cuja percursora seria a “anarquista sexual” Judith Butler. Esse projeto foi desenvolvido junto com Jair Bolsonaro (PSC)¹⁷, após os tais “ataques” sofridos pelo ator pelas tais “feministas” e “esquerdistas”, segundo ele próprio classifica.

Após essa visita, a ex-ministra da extinta Secretaria de Políticas para as Mulheres no governo de Dilma Rousseff (PT), postou o seguinte *tweet*: “(nome do ator) não só assume ter estuprado, mas fez apologia ao estupro”, criticando a postura do ministro em convidar este ator para discutir projetos para a educação, considerando que ele não tem nenhuma qualificação específica na área de educação. Após essa declaração, o ator constrói sua defesa dizendo que apenas contou uma “anedota em tom jocoso” na TV e que essas manifestações contra sua pessoa seriam injustas e teriam lhe causado “mal e enjoo”. Decide, então, mover uma ação judicial por danos morais contra as declarações da ex-ministra, pedindo o valor de 35 mil reais de indenização. Até esse momento, não há muita produção de conteúdo midiático.

A primeira audiência de reconciliação sobre o caso ocorreu no dia 6 de setembro de 2016, a intenção era que houvesse conciliação, mas a ex-ministra recusou o acordo e afirmou: “com golpista e machista não há conciliação (...) a minha história jamais permitiria (...) não pedi desculpas”. Após a ex-ministra recusar o acordo na audiência de conciliação, a ação judicial vira um processo por danos morais contra as declarações dela. Podemos notar que nos dois casos há uma busca por justiça por parte dos setores sociais ligados a movimentos sociais e feministas frente às declarações, mas quem vai à justiça e tenta processar essas mulheres é o ator.

No dia 4 de maio de 2017 a primeira audiência do processo ocorre, e a ex-ministra é condenada a pagar 10 mil reais. Após essa decisão, há uma grande produção de matérias por essas mídias comerciais, principalmente a hegemônica, o que pode estar relacionado ao fato da ex-ministra ter tido um cargo político importante no governo Dilma. Nessa fase do campo, notei que a maior parte dos conteúdos produzidos por essas mídias comerciais estava localizada nas seções de

¹⁷ Na época do desenvolvimento do Projeto Escola Sem Partido, Jair Bolsonaro era deputado federal; o ex-deputado foi eleito presidente do Brasil nas eleições de 2018.

VII Seminário FESPSP - “Na encruzilhada da democracia: Instituições e Informação em tempos de mudança”.

24 a 28 de setembro de 2018

GT 13: Marcadores sociais da diferença em articulação

“política” ou na de “cidadania” e possuíam tom mais informativo; diferente da primeira fase do campo em que as produções jornalísticas estavam localizadas majoritariamente na seção “TV e famosos” – produções essas que tendem a um tom de fofoca. Além disso, a ênfase é dada à categoria *apologia ao estupro*, já as outras categorias como *cultura do estupro*, ou até mesmo *estupro* se perdem nessas narrativas.

A condenação da ex-ministra se deu, pois no entendimento da juíza Juliana Nobre Correia, o encontro do ator com o ministro da educação teria sido marcado com o objetivo único de tratar sobre questões de educação no país; a partir dessa interpretação, a juíza concluiu que as críticas da ex-ministra só poderiam estar relacionadas a esse tema, pois segundo a juíza: “houve derivação para a pessoa do autor”. Após a condenação, a ex-ministra faz um *post* em sua conta pessoal no *Facebook*, lamentando a decisão judicial:

Tal sentença assinada por uma mulher revolta a todas as mulheres, pois o estupro é crime hediondo e inafiançável. Lamentavelmente a condenação não atinge só a mim, mas as mulheres que lutam há séculos contra o estupro, contra as violências de gênero.(...) A minha condenação é a legitimação da cultura do estupro.

Novamente percebe-se uma coletivização e solidarização da luta por justiça, ligadas ao reconhecimento dessas categorias. Após a condenação, como já dito, há uma grande produção de conteúdos na mídia comercial noticiando o ocorrido, assim como na mídia alternativa, que também produziu conteúdos repudiando a decisão judicial. Neste momento, destaca-se a mídia alternativa de movimentos sociais e feministas ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT). Além desses setores, houve mobilização de outros movimentos sociais ligados aos direitos das mulheres e ao movimento feminista, e há uma articulação, embora pequena, de grupos feministas que atuaram na primeira fase do campo. O caso da militante feminista do PSOL volta à cena, a “internauta” na época já era vereadora da cidade de São Paulo, eleita em 2016. Logo após a condenação, a ex-ministra em conjunto com a então vereadora do PSOL escrevem uma carta que é publicada no dia 10 de maio de

VII Seminário FESPSP - “Na encruzilhada da democracia: Instituições e Informação em tempos de mudança”.

24 a 28 de setembro de 2018

GT 13: Marcadores sociais da diferença em articulação

2017, no jornal *Folha de São Paulo* e divulgada pelo portal *uol*, na seção a *#AgoraÉQueSãoElas*, intitulada: “(nome do ator) não nos calará”.

Após a primeira instância e a publicação desta carta, as produções de conteúdos tanto da mídia comercial quanto da mídia alternativa se encerram. A ex-ministra pede reavaliação do processo, a segunda instância ocorre no dia 24 de outubro de 2017. Alguns dias antes da segunda instância, a ex-ministra retoma o caso, faz pronunciamentos e dá entrevista para o jornal *Seu Jornal*, na TVT, classificado como mídia alternativa¹⁸, e ligada ao Partido dos Trabalhadores, dizendo: “É um absurdo que uma pessoa que fez apologia ao estupro fosse ao ministro da Educação sugerir políticas para a nossa juventude”, contesta. Durante a entrevista também conta que na audiência de conciliação, ocorrida no dia 6 de setembro de 2016, foi oferecido um acordo, no qual ela teria que se desculpar publicamente, diz que não aceitou: “Ele que deveria pedir desculpas às mulheres e mães de santo”. Também afirma que a narrativa contada pelo ator no programa não pode ser lida como uma piada, segundo a ex-ministra: “O estupro é um crime hediondo, então jamais será brincadeira. É uma apologia ao estupro, porque com o estupro não se brinca”. Podemos notar que aqui a questão do estupro da mãe de santo volta à cena, “não foi piada”, trazendo a questão da “apologia ao estupro” e a questão do *estupro* enquanto *crime*; mas, novamente, a questão do preconceito religioso e racial é silenciada.

Antes da audiência, que ocorreu numa terça-feira às 9h da manhã, feministas, principalmente ligadas à Central Única dos Trabalhadores e ao Partido dos Trabalhadores, criam um evento público no *Facebook* para apoiar: “a Ministra (nome)”, intitulado: “*Manifesto Feminista A Favor Da Revogação E Contra A Apologia Ao Estupro*”, o local do evento era em frente ao Fórum Civil João Mendes Junior, em São Paulo. As manifestantes, mulheres, feministas e grisalhas (em sua maioria), traziam suas faixas, seus numerosos cartazes feitos à mão que rapidamente eram distribuídos para as mulheres que iam chegando - apenas para as mulheres - neles estavam escritas algumas frases curtas: “exigimos justiça”, “estupro não é piada, é crime”, “não a cultura do estupro”, “somos todas (nome da

¹⁸ Emissora ligada à Fundação Sociedade Comunicação Cultura e Trabalho, entidade cultural sem fins lucrativos, criada e mantida pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e pelo Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, Osasco e Região.

VII Seminário FESPSP - “Na encruzilhada da democracia: Instituições e Informação em tempos de mudança”.

24 a 28 de setembro de 2018

GT 13: Marcadores sociais da diferença em articulação

ex-ministra)”, “pela revisão da pena”, “estupro não tem graça”. Um cartaz maior trazia a seguinte frase: “Fazer sexo com mulher desacordada é estupro! (nome do ator) estupra!”. Do outro lado, militantes do Movimento Brasil Livre (MBL), em menor número, que estavam lá para apoiar o ator. De cada lado pelo menos um militante andava de um lado para o outro com um celular na mão gravando uma *live* no *Facebook*¹⁹.

Pelo o que percebi em campo, compunha o ato: militantes feministas, algumas independentes²⁰, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Marcha Mundial de Mulheres (MMM), todas identificadas por meio de suas camisetas, ou/e faixas, ou/e broches. Conversando com algumas delas, percebi que muitas delas eram amigas próximas da ex-ministra. Durante a maior parte da manifestação, as mulheres lá presentes, retomavam o caso do programa de entrevistas *Agora É Tarde*; gritavam as frases escritas acima e pediam por justiça, pelo reconhecimento de que a tal cena se trata de um *estupro*. Algumas ainda pediam a prisão do ator, gritando: “cadeia, cadeia, cadeia para estuprador”.

Enquanto as mulheres feministas do lado esquerdo gritavam:

“Não a Cultura do Estupro”, “Estupro Não é Piada, é Crime”, “Somos Todas (nome da ex-ministra)”, “Exigimos Justiça”, “Cadeia para estuprador”.

O lado direito, os militantes do Movimento Brasil Livre, gritavam:

“Fora (nome da ex-ministra) Golpista”, “Não à pedofilia”, “Abortistas não passarão”, “Feministas abortistas não passarão”, “feministas vagabundas não passarão”.

As mulheres do lado esquerdo reivindicavam:

*Bom dia população de São Paulo,
Estamos aqui, por que somos todas (nome da ex-ministra),
Porque a ministra está sendo acusada, pelo ator (nome dele),
Porque ela, assim como todas nós, está defendendo o direito das mulheres,
Por isso não podemos naturalizar a atitude do estupro,*

¹⁹ Mecanismo presente nas redes sociais, como o Facebook, para fazer vídeo ao vivo.

²⁰ Militantes que se dizem feministas, mas não faz parte de nenhum coletivo, movimento feminista ou partido.

VII Seminário FESPSP - “Na encruzilhada da democracia: Instituições e Informação em tempos de mudança”.

24 a 28 de setembro de 2018

GT 13: Marcadores sociais da diferença em articulação

*Esse ator pornô é um estuproador,
É por isso que estamos aqui,
Para defender (nome da ex-ministra),
Para defender todas as mulheres do machismo,
Da violência
E exigir que o Estado puna os estuproadores,
Viva (nome da ex-ministra)!*

Como podemos observar ambos os lados empreendem narrativas morais e moralizadoras, que tem como efeito regular os discursos daqueles que discordam dos seus, avaliando, julgando e sancionando normas sociais (FASSIN, 2008). De um lado, as mulheres que estavam lá apoiando a ex-ministra eram qualificadas enquanto “vagabundas” e “abortistas”, notei que ser chamada de “abortista” significa ser “vagabunda”; e sinônimo de “vagabunda” é “feminista”. Do outro lado, novamente, a narrativa se constituiu a partir da construção da imagem do ator como “imoral”, por conta de seu passado como ator pornô, e por conta desta “imoralidade” teria cometido um estupro – não basta dizer que ele “é um estuproador”, parece ser uma necessidade dizer que é um “ator pornô estuproador” - só que agora, por parte do movimento feminista (RUBIN, 2017). Além da construção da figura do *estuproador*, a construção da *vítima mulher*, que sob a aparente neutralidade e universalidade do termo “mulher”, esconde-se uma multiplicidade de vetores de produção da subjetividade: sexo, raça, classe, sexualidade, idade, funcionando como um instrumento de normatização e de controle político, como ressalta Tereza de Lauretis (1990).

A audiência termina, a ex-ministra é absolvida, sai de mãos dadas com a vereadora do PSOL. As mulheres, ainda em frente ao Fórum, comemoram, formam uma ciranda e cantam palavras de ordem, a ex-ministra diz: “essa é uma vitória de todas as mulheres”. O ator, após a audiência, produz um vídeo, que foi compartilhado em sua conta pessoal no *Twitter*, comentando sobre o resultado da

VII Seminário FESPSP - “Na encruzilhada da democracia: Instituições e Informação em tempos de mudança”.

24 a 28 de setembro de 2018

GT 13: Marcadores sociais da diferença em articulação

audiência, em vídeo, visto 15.424 vezes no *YouTube*²¹, diz: “fui julgado por um ativista do movimento gay, ele não julgou com a cabeça, ele julgou com a bunda”. No mesmo vídeo, os advogados de defesa dele comentam que: “a decisão não foi jurídica, se trata de uma decisão política tomada pela esquerda”, e concluem o vídeo dizendo que vão recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF). Novamente, podemos notar que ele empreende um discurso regulador a partir da construção da imagem do “homem viril” e da construção de uma masculinidade hegemônica, nos termos de Miguel Vale de Almeida (1994), em contraposição a qualquer imagem que foge desse ideal. A absolvição da ex-ministra em segunda instância gera produção de novos conteúdos, tanto na mídia comercial, quanto na mídia alternativa. Em relação às produções da mídia comercial após a segunda instância em comparação às produções após a primeira instância, pude notar uma mudança na abordagem dessas mídias em relação ao conteúdo, que trouxe a questão da *apologia ao estupro* com mais ênfase, embora as matérias tenham sido mais voltadas ao tom informativo.

Conclusão

Este caso torna-se emblemático para discutir como as disputas midiáticas e políticas em torno dos significados das categorias ligadas a violência sexual estão se constituindo através de disputas constantes entre setores que compõem a esfera pública, o que permitiu entender, pelo menos em parte, como esses setores operam, como se influenciam e são influenciadas pelos movimentos sociais e pelo sistema judiciário, quais as disputas que ocorreram e como ocorreram, entendendo que todos esses setores são produtores de ideias culturais acerca do feminino e do masculino, como uma “tecnologia de gênero” (DE LAURETIS; 1994). Além disso, essa pesquisa me permitiu refletir como esses processos e discursos estão permeados por silenciamentos e moralidades. Pude perceber o quanto os movimentos sociais e feministas, através das redes sociais, promoveram a visibilidade do caso. Ademais, seguindo o fluxo desses conteúdos, percebi que esses setores formam uma rede: compartilham informações, *posts* e notas entre si.

²¹ Esse dado foi coletado no dia 5 de janeiro de 2018.

VII Seminário FESPSP - “Na encruzilhada da democracia: Instituições e Informação em tempos de mudança”.

24 a 28 de setembro de 2018

GT 13: Marcadores sociais da diferença em articulação

Redes essas que foram constituídas a partir da internet, como argumenta Sônia Alvarez (2014), que aprofundam contatos em organizações políticas e grupos feministas já existentes.

Essas movimentações e discussões nas redes sociais fizeram com que a mídia comercial (hegemônica e não hegemônica) e o sistema judiciário pensassem sobre as noções de *cultura do estupro*, *apologia ao estupro* e *estupro*, além da discussão sobre os limites da liberdade de expressão. Apesar da mídia comercial e do sistema judiciário não compreenderem essas noções da mesma forma que os movimentos sociais, houve concessões. A história que anteriormente foi lida por parte da mídia comercial apenas como uma cena de sexo passou, após as discussões nas redes sociais, a ser lida como um “suposto estupro” – em que as categorias *sexo sem ou com consentimento* foram discutidas. A categoria *apologia ao estupro* durante esse processo também passa a ser aceita e discutida por esses setores. Além do programa de entrevistas *Agora É Trade* ter sido cancelado um mês após a repercussão na internet.

Notei que os conteúdos e discussões produzidas no ano de 2015 na mídia não comercial (alternativa) priorizaram as discussões em torno da categoria *cultura de estupro*. Nessas produções, enquanto a categoria *cultura de estupro* foi bem trabalhada, na maior parte das vezes ela é carregada de explicações e exemplos, enquanto que, a categoria *estupro* foi “dada”, não carecia de explicação, era apenas tipificada como um crime, o que demonstra que para esses setores é evidente que a cena se trata de um estupro. Já os conteúdos e discussões produzidas pela mídia comercial no ano de 2015, apenas por conta da repercussão que o caso teve nas redes sociais, giraram em torno dos questionamentos se foi ou não estupro. A questão era entender se houve ou não *consentimento*, categoria introduzida nessas produções a partir das discussões feitas nas redes sociais. Nessas produções, a categoria *estupro* aparece como *sexo sem consentimento*, mas poucas vezes como *crime*; portanto podemos notar que a noção de estupro não é perceptível para todos os setores. Já na segunda parte do campo, que teve início após as declarações da ex-ministra, a discussão sobre *apologia ao estupro* foi priorizada tanto na mídia comercial quanto na mídia não comercial, tanto por se tratar de um caso que se deu a partir da abertura de um processo, ou seja, um caso mais judicial do que midiático;

quanto por conta de se tratar de uma categoria que é mais adequada ao contexto jurídico.

Por fim, podemos notar tanto na primeira parte do campo, quanto na segunda parte, um esforço dos movimentos sociais em construir a figura da *vítima*, que se transformou na figura de *vítimas*, no “todas nós mulheres” *vítimas da cultura do estupro*; ao mesmo tempo em que essa figura foi sendo construída, foi-se construindo por outro lado, a figura do *estuprador*, representada pelo ator, como um homem depravado moralmente. Embora haja uma diferença dos setores que compõem o que estou chamando de mídia alternativa nas duas fases do campo – a primeira composta majoritariamente por movimentos feministas jovens e a segunda por movimentos feministas e movimentos de mulheres ligados ao Partido dos Trabalhadores – pude perceber que a gramática moral desses movimentos sociais é semelhante e partem da ideia e constroem concomitantemente a identidade “mulher” a partir da categoria *vítima*.

Referências:

ALMEIDA, Heloisa Buarque. 2013. “Mídia, Sociedade e Cultura”. In: H. Almeida, J. H. B. E Szwako (org.), Local Global. São Paulo: Editora Berlendis.

ALMEIDA, Heloisa Buarque & MARACHINI, Laís Ambiel. 2017. “De médico e de monstro: disputas em torno das categorias de violência sexual no caso Abdelmassih”. Cadernos Pagu n. 50.

ALVAREZ, Sonia E. 2014. “Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista”. Cadernos Pagu n. 43. pp. 13-56.

BELELI, Iara. 2015. “O imperativo das imagens: construção de afinidades nas mídias digitais”. Cadernos Pagu n. 44.

BOURDIEU, Pierre. 1997. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

BUTLER, Judith. 2017. “Problemas de Gênero: feminismo e subversão de identidade”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

VII Seminário FESPSP - “Na encruzilhada da democracia: Instituições e Informação em tempos de mudança”.

24 a 28 de setembro de 2018

GT 13: Marcadores sociais da diferença em articulação

COULDRY, Nick & CURRAN, James. 2003. “The Paradox of Media Power”. In: N. Couldry; J. Curran (org.), *Contesting Media Power: Alternative Media in a Networked World*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield.

EFREM FILHO, Roberto. 2017. “A reivindicação da violência: gênero, sexualidade e a constituição da vítima”. *Cadernos Pagu* n.50.

DE LAURETIS, Teresa. 1994. "A Tecnologia do Gênero" in: H. B. Hollanda (org.) *Tendências e Impasses - o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Editora Rocco.

DE LAURETIS, Teresa. 1990. “Eccentric subjects: feminist theory and historical consciousness”. In: *Feminist Studies*, v.16, pp. 115-150.

FASSIN, Didier. 2008. “Beyond good and evil? Questioning the anthropological discomfort with morals Anthropological Theory”. n. 4 pp. 333-344.

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. 2015. “Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo”. *Cadernos Pagu*, n.44, pp. 199-228.

FRASER, Nancy. 1990. “Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy”. *Social Text* n. 25/26, pp. 56-80.

HINE, Christine. 2000. *Virtual ethnography*. California: Sage Publications Ltd.

_____ 2015. *Ethnography for the Internet: Embedded, Embodied and Everyday*. London: Bloomsbury Academic.

HONNETH, Axel. 2017. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Editora 34.

HORST, Heather & MILLER, Daniel. 2012. *Digital Anthropology*. Berg: London.

HUNT, Lynn. 2009. “A invenção dos direitos humanos: Uma história”. São Paulo: Companhia das Letras.

LANDINI, Tatiana Savoia. 2006. “Violência sexual contra crianças na mídia impressa: gênero e geração”. *Cadernos Pagu* n.26 pp. 225-252.

McCLINTOCK, Anne. 2010. *Couro Imperial: raça, gênero, sexualidade no embate colonial*. Campinas – SP: Editora Unicamp.

MILLER, Daniel; SLATER, Don. 2004. “Etnografia on e off-line: cibercafés em Trinidad”. *Horizontes Antropológicos* n. 21 pp. 41-65.

VII Seminário FESPSP - “Na encruzilhada da democracia: Instituições e Informação em tempos de mudança”.

24 a 28 de setembro de 2018

GT 13: Marcadores sociais da diferença em articulação

MILLER, Daniel. 2012. (ed.) *Digital anthropology*. Berg: London.

PARREIRAS, Carolina. 2008. Sexualidades no pontocom: espaços e (homo)sexualidades a partir de uma comunidade online. Campinas: Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, IFCH, Universidade Estadual de Campinas.

RAMOS, Jair de Souza. 2012. “Toma que o aborto é teu: a politização do aborto em jornais e na web durante a campanha presidencial de 2010”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 7, pp. 55-82.

RUBIN, Gayle. 2017. “Pensando o sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade”. In: *Políticas do sexo*. Coleção Argonautas. São Paulo: Ubu Editora.

SARTI, Cynthia. 2011. “A vítima como figura contemporânea”. *Caderno CRH* v.24, pp. 51-61.

_____: 2014. “A construção de figuras da violência”. *Horizontes Antropológicos*. n. 42, pp. 77-105.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. 1996. “Gênero, Masculinidade e Poder: revendo um caso do sul de Portugal”. In: *Anuário Antropológico*, n 95, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

WILLIAMS, Raymond. 2016. “Televisão: tecnologia e forma cultural”. Minas Gerais: Editora PUC Minas, Boitempo.